



ASSOCIAÇÃO DOS
ENGENHEIROS
DA PETROBRAS

JUNHO DE 1997
Nº 131

AEPET Condena Alienação da Vale e Lei do Petróleo

HP SÁBADO/DOMINGO, 10/11 DE MAIO DE 1997

Fernando Siqueira, presidente da Aepet:

" Alienação da Vale é dilapidação do patrimônio público "

"É incrível que uma companhia estratégica, de alta tecnologia, que dá lucro, como a Vale do Rio Doce, que gera divisas para o Brasil, porque exporta seus produtos em dólares, seja vendida por um valor tão ridículo que paga apenas o valor de 24 dias de juros. Ou seja, vende-se um patrimônio desta importância estratégica por 24 dias de juros", condenou o presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobras (Aepet), Fernando Siqueira.

De acordo com o engenheiro, a alienação da Vale tem por objetivo "sustentar este governo no poder, sustentar a reeleição, sustentar a manutenção do tucanato, pois este é o panorama do governo FH: a dilapidação do patrimônio público nacional, a geração brutal de desemprego e miséria, e uma destruição da soberania do país".

Comparando o processo de entrega da Vale e da "flexibilização" da Petrobras, Fernando Siqueira denunciou que o afastamento dessas empresas do controle público, como ocorreu com a YPF (estatal petrolífera argentina entregue ao cartel estrangeiro) escancara as portas, abrindo caminho para "a exploração predatória das jazidas minerais, que é exatamente o que está acontecendo naquele país após a privatização da YPF".

"O Brasil tem petróleo para 35 a 40 anos. Mas não tem para exportação. Pelos preços atuais do mercado, não é vantagem sequer atingir a autosuficiência, mas sim importar petróleo barato e guardar o nosso para os futuros aumentos ou crises. Segundo estudos da Petrobras, a produção ideal ficaria em torno de 70% do consumo. Além do mais, a importação de quantidades expressivas de óleo permite que se alavanque a exportação de produtos e serviços brasileiros. Agora, com uma

exploração predatória das jazidas similar a que ocorre na Argentina, as nossas reservas não devem durar mais do que 10 anos", alertou Siqueira. No caso brasileiro, a completa transferência do manganês da Serra do Navio, no Amapá, para os Estados Unidos é um sério precedente histórico que dispensa comentários.

A lógica entreguista se repete igualzinho no projeto do governo de regulamentação do petróleo, "quebrando o monopólio da União e entregando o petróleo brasileiro às multinacionais que

empresas multinacionais, em detrimento das reservas nacionais". "As empresas que formam este cartel e dominam o petróleo no mundo, detêm apenas 4,5% das reservas mundiais e precisam desesperadamente das nossas reservas, sob pena de desaparecer", enfatizou.

"O que o governo federal está fazendo é um achincalhe à soberania nacional, ao bom senso e a tudo que possa haver de valor no Brasil", denunciou Fernando Siqueira, sublinhando a necessidade da mobilização popular contra o projeto neocolonial.

" É incrível que uma companhia estratégica, de alta tecnologia, que dá lucro, seja vendida por valores ridículos que pagam apenas 24 dias de juros da dívida interna "

formam o cartel internacional", denunciou o líder da Aepet.

"O projeto não só quebra o monopólio estatal do petróleo, quebra o da União, permitindo o envio do petróleo para o exterior, dilapidando nossas reservas, da mesma forma que aconteceu na Argentina. Assim, infelizmente, a União vai ficar com o monopólio de uma rocha vazia. Porque o artigo 26 do projeto do governo diz que as empresas que produzirem o petróleo serão proprietárias do mesmo. Comparativamente, é como se você tivesse uma granja e as pessoas fossem lá, pegassem os ovos, tirassem a gema e a clara e você ficasse com a casca. A União vai ficar com o monopólio de uma rocha vazia".

E depois, salientou Fernando Siqueira, "tem o artigo 61 do projeto que permite a exportação livre do petróleo para o exterior, confirmando nossas suspeitas de que a 'flexibilização' nada mais é do que uma forma de reforçar as reservas das

Outro exemplo grotesco da subordinação aos ditames externos, frisou, "foi a entrega de dados e informações geológicas da Petrobras". "É um crime de lesa-Pátria, pois estes dados custaram mais de US\$10 bilhões para serem obtidos. Durante 44 anos a Petrobras

investiu em perfuração, em produção, em novas tecnologias, ganhou prêmios internacionais. Tudo isso o governo quer repassar para uma tal Agência Nacional do Petróleo que vai ser criada e dominada pelo cartel das Seis Irmãs. Ou seja, a Shell e a Esso vêm para cá receber todos os dados de graça sem ter que correr nenhum risco. E os acionistas da Petrobras e o país perdem um dos acervos tecnológicos da maior importância. Este é um dos absurdos do projeto do governo, piorado pelo substitutivo do Eliseu Rezende, a passagem desses dados a preços irrisórios para as multinacionais".

"É uma situação extremamente esdrúxula, você num dos países mais ricos do mundo tendo a miséria que temos hoje. O que está por trás disso é esse projeto neoliberal que vem destruindo o mercado de trabalho com a desnacionalização das nossas empresas".

REGULAMENTAÇÃO DO PETRÓLEO

A diretoria da AEPET manteve, recentemente, um encontro com o senador José Sarney, no Rio de Janeiro, para mostrar a preocupação da entidade em relação a vários artigos da regulamentação do setor petróleo, alguns até mesmo considerados inconstitucionais.

Dias depois, foi a vez da AEPET debater o mesmo assunto com representantes de várias entidades. O encontro durou um dia e foi realizado em Copacabana, contando com a presença do Modecon, da Ambep, do Crea-RJ, do Sindipetro, de alguns políticos, como o ex-deputado Paulo Ramos, de alguns ex-diretores da Petrobras e ainda com representantes de alguns núcleos da Associação, como Caxias e Macaé.

A grande preocupação foram alguns artigos da Regulamentação que levarão à privatização da Petrobras, terminando antes com várias refinarias, o que trará muitos problemas sociais nas áreas onde elas se situam. Na ocasião foram estabelecidas várias estratégias de ação. Uma delas é que todos os companheiros procurem os vereadores, deputados estaduais, deputados federais e até mesmo senadores de suas regiões para mostrar os sérios problemas que a regulamentação, se for aprovada pelo Senado como está, trará ao País.

GLOSSÁRIO NO CEARÁ

A publicação da AEPET Glossário Neoliberal está fazendo o maior sucesso no Ceará desde que o jornal "Tribuna Bancária" andou divulgando alguns trechos do livro. Vários cearenses já escreveram para a Associação solicitando um exemplar do Glossário Neoliberal. Quem desejar mais livros é só nos escrever.

AUMENTO POR MÉRITO

A Petrobras tem sido arrojada em diversas linhas de atuação: na área tecnológica, nas operações em águas profundas, se arriscando em aumentar os limites orçamentários governamentais, nas aplicações de lei, como a da licitação- Lei 8.666/93- nos riscos pessoais em operações técnicas e etc. Infelizmente, no tocante à área de Recursos Humanos, a Petrobras tem adotado uma política subserviente a orientações de um órgão de 4º escalão do Executivo, sem qualquer vinculação com sua linha hierárquica superior.

Onde está o tão propalado contrato de gestão que daria as "flexibilidades" na Área de Recursos Humanos? Diante dos valores oferecidos recentemente pelo Serec ao aumento por mérito, como estão estes valores cotejados com os valores acordados no contrato de gestão em curso?

Os valores estabelecidos para o aumento por mérito reestabelecem o malfadado conceito de "curva forçada" com todos os resultados negativos que tivemos no passado. Alguns órgãos (Departamentos e Serviços) estão chegando ao absurdo de desdobramentos percentual de forma linear para suas Divisões e até Setores, como se a curva de "Gauss" fosse aplicável a amostragens de 4 a 10 pessoas e não a uma amostragem tendendo ao infinito.

A postura da transferência dos percentuais (0,9%) pelos gerentes (Divisões e Setores) proporcionais a sua folha representa não encarar de frente os problemas de gerenciamento de recursos humanos como tal e sim transformar o atual modelo de aumento por mérito em uma simples fórmula matemática ao arremedo de um Plano de Cargos e Salários que sempre existiu. Como querer implantar Qualidade Total - GDP- quando a questão dos recursos humanos e os percentuais cabalísticos estão sendo definidos "extra-muros"?

MORTE DO MERGULHADOR

O mergulhador Homero Higino de Souza Filho, 30 anos, morreu na madrugada do último dia 31 de março, vítima de um acidente quando trabalhava a 293 metros de profundidade, fazendo reparos numa tubulação da Petrobras num poço do campo de exploração de petróleo de Piraúna, a 130 quilômetros da costa de Macaé. Especialista em mergulhos em águas profundas, Homero trabalhava na empresa Stolt Comex Seaway desde que ela foi contratada pela Petrobras, há 15 anos.

Por diversas vezes, a vítima, como ex-diretor do Sindicato dos Trabalhadores em Atividades Subaquáticas e Afins (Sintasa) denunciou as condições de trabalho. Quando de sua morte, a

atual diretoria do Sindicato encaminhou uma carta a várias autoridades, inclusive o ministro do Trabalho, Paulo Paiva, relatando uma série de problemas nas atividades dos subaquáticos.

A diretoria da AEPET encaminhou à diretoria do Sintasa uma carta mostrando-se consternada com o ocorrido e "esperando que o episódio que ceifou a vida desse combativo profissional seja devidamente esclarecido e, apuradas as responsabilidades, os culpados sejam exemplarmente punidos". Em sua carta a diretoria da AEPET reitera desejar que as condições de segurança, tantas vezes denunciadas pelo bravo Higino, sejam observadas para que outras vidas não sejam precocemente interrompidas.

FALECIMENTO

Faleceu o valoroso companheiro José Augusto Ribeiro Roque, presidente do Conselho Regional de Química e associado da AEPET. José Augusto esteve sempre ao lado das boas lutas nacionalistas.

■ Associação dos Engenheiros da Petrobras (AEPET) - Av. Nilo Peçanha, 50 - grupo 2.409 - Centro
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20.020-100 - Tel.: (021) 220-7447 - Fax: (021) 262-9224 - E-mail: aepet@ax.apc.org

■ Boletim da AEPET - Reprodução permitida

■ Jornalista Responsável: Celeste Cintra

■ Diagramação e Editoração Eletrônica: Danemil Artes Gráficas Ltda - Tel.: (021) 201-3533 - Fax: (021) 281-1118